

A ESCOLA "VERSUS" REALIDADE

16 AGO 1981

JORNAL DO BRASIL

Regis Farr

A reprovação em massa das crianças da primeira série das escolas públicas — que alcança o índice de 60% — é o ponto crítico do sistema educacional do país. Em São Paulo, por exemplo, este percentual cai para 40%, enquanto que no Município do Rio ele pode ser de 40% (para a imprensa) ou de 50% (para o "público interno"). O mal é tão antigo quanto o tratamento que a ele vem sendo dado — a mudança dos métodos de ensino — e a seu persistente insucesso.

Os educadores não se cansam de repetir, mas os responsáveis pelo sistema educacional fazem questão de não ouvir e nem ao menos se permitem debater: trata-se, no mínimo, de uma ingenuidade atribuir-se à prática pedagógica a responsabilidade pelo bom ou mau andamento do ensino, posição assumida e tentada pelo sistema, uma vez que os discursos de ser o aluno incapaz de aprender e o professor de transmitir já não mais convencem isoladamente.

A metodologia, como frisa Anna Maria Baeta, da Universidade Santa Úrsula e da Fundação Getúlio Vargas, tem sua importância. Só que os administradores escolares costumam isolá-la, retirá-la de um contexto mais amplo e que envolve não apenas toda a escola — como número de crianças em cada sala, horas-aula por dia e a consideração ou não, no processo de aprendizagem, da cultura original da criança das camadas mais pobres — como também a sua família, a vizinhança, a comunidade. E isso não é tudo, pois insere-se num contexto muito mais amplo, que são as prioridades a nível de política educacional, como a quantidade e a destinação de verbas.

Para esta professora, apesar da prática pedagógica ter uma grande importância, o fator principal está do lado de fora da escola. Isto é: será que, depois da aula, o menino vai para as ruas vender seu amendoim torrado, engraxar sapatos ou escapular por entre o trânsito anunciando chicletes e similares? Será que em casa ele tem um lugar, um cantinho que seja para, sem ser

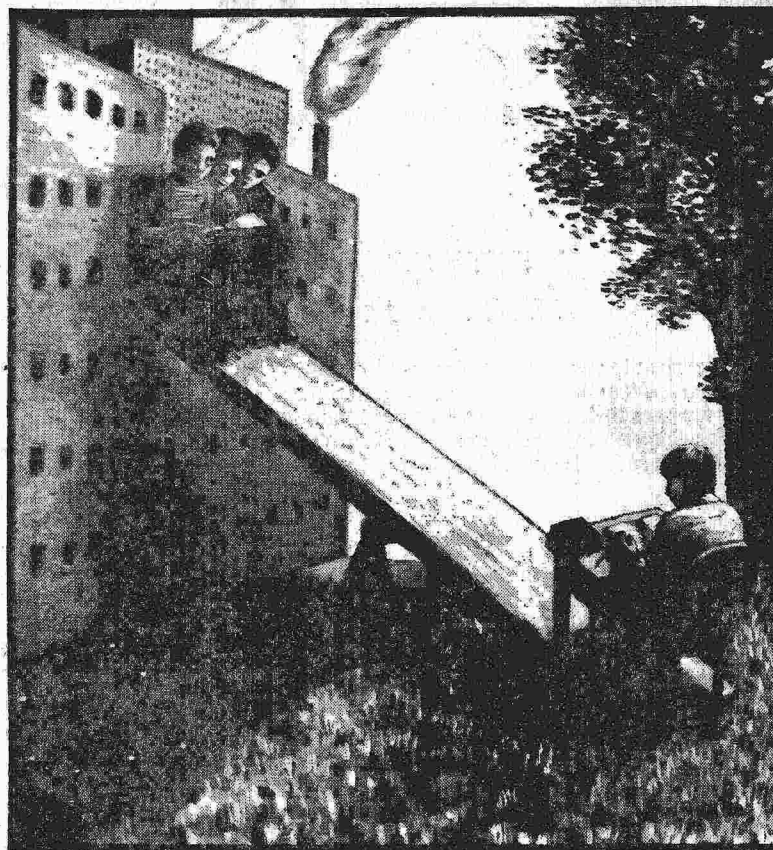
perturbado, concentrar-se e fazer seus deveres? Será que ele tem um lugar para dormir? Será que ele come? Será que ele tem com quem relacionar-se afetivamente?

— As implicações da própria função de classe social destas crianças — frisa — são mais importantes do que a metodologia e aí você tem que começar pelo aumento do tempo de permanência desta criança na escola que deveria ser, no mínimo, de cinco ou seis horas e não apenas de três ou três e meia, como acontece.

Que a escola pública não está cumprindo sua função é fato que só meia dúzia de administradores escolares teima em não admitir. E, como eles gostam muito de se apoiar em números para comprovar sua tese de que a escola pública vai bem, obrigado, fabricam-se e desfabricam-se estatísticas. Assim é que, para o público externo, o índice de reprovação na primeira série das escolas da rede municipal não chega a 40%, mas para o público interno é de quase 50%. Este problema não existe nas escolas da rede estadual, pelo menos quanto à primeira série, pois a passagem desta para a segunda é automática.

A cada dois ou três anos o sistema anuncia, com grande alarido e pouco entusiasmo dos professores, um novo método de ensino que terá a capacidade de levar o aluno à aprendizagem. Foi o que aconteceu no Estado há cinco anos, por exemplo, quando os currículos foram reformulados por uma equipe de técnicos que, por maior que fosse a vontade e melhores as intenções, não devia estar muito a par de quem era o professor com quem contava e quem era o aluno com o qual ele trabalhava. Pois que a novidade era baseada na Linguística, para a alfabetização, e em Piaget, para o ensino da Matemática.

As professoras foram obrigadas a adotarem o novo método depois de um mais do que rápido "treinamento". Só que havia um pequeno problema: estas professoras, normalistas em sua maioria, não conheciam Piaget — que muitos universitários de Pedagogia não chegam a compreender, segundo Anna Baeta — e nunca tinham estudado Linguística. A experiência acabou, os responsáveis preferiram o silêncio



"Parece que a escola pública vê o seu aluno como um pobre coitado a quem um copinho de leite sabor morango ou chocolate e um sanduíche de mortadela são dádivas divinas"

cio a um comentário, as professoras revelam que foi um grande desastre. E o que aconteceu com os milhares de alunos "alfabetizados" por um método que suas professoras não dominavam?

O método foi arquivado e hoje as professoras estão podendo alfabetizar pela forma que as faz sentirem-se mais seguras. Só que existe uma outra experiência metodológica em aplicação e que, apesar de preconizar um "tratamento uno, inicial, básico e contínuo" para as duas primeiras séries e o reagrupamento dos alunos de acordo com seu desenvolvimento, não dá instrumen-

tos à escola — ou seja, professores suficientes e salas de aula — para a sua realização.

Na realidade, parece que a escola pública vê o seu aluno como um pobre coitado a quem um copinho de leite sabor morango ou chocolate e um sanduíche de mortadela são dádivas divinas. Uma ex-Secretária de Educação tinha o hábito de, a cada vez que encontrava repórteres, anunciar-lhes, cheia de orgulho: "As minhas crianças já têm papel higiênico em todas as escolas". Provavelmente esquecia-se de que, em casa, muitas não tinham sequer uma fossa.

Esta é, aliás, uma postura ideológica da escola oficial, que se tem preocupado exageradamente em ensinar "boas maneiras" às crianças. De que adianta obrigar-se um menino a sentar-se assim ou assado se em casa ele tem mesmo é que se agachar num chão de terra batida? Ou exigir-se que ele segure garfo e faca de tal maneira para comer o angu com salsicha se, no barraco onde vive, o angu vem mesmo é num pedaço de jornal e o talher são os dedos?

O fato é que, com uma série de medidas acadêmicas — que não podem, inclusive, serem levadas adiante devido à distância que as separa da realidade — a escola oficial, como frisa Anna Baeta, pretende apenas escamotear a sua verdadeira função ideológica, de instrumento de dominação e manutenção das desigualdades sociais.

Os educadores têm colocado ultimamente, com bastante frequência, a questão de que a escola pública não está respeitando a cultura das crianças que recebe. Ou por outra: ela foi estruturada para uma criança da classe média, mas seu aluno hoje vem das classes econômicas mais baixas. Embora coloquem este ponto como fundamental, os educadores defendem uma escola que, além de respeitar a origem e a cultura de seu aluno, seja capaz de prepará-la para viver numa sociedade competitiva, fornecendo-lhe, portanto, os instrumentos de luta desta arena.

Anna Baeta, por exemplo, acentua que uma distância muito grande entre o que esta criança traz de casa e o que a escola oferece vai ser muito mais um fator de inibição do que de desenvolvimento. Um exemplo é o desnível do material didático normalmente utilizado nas escolas oficiais: as gravuras apresentam crianças bem vestidas, bem nutridas, belas e saudáveis, de cabelos loiros e olhos claros, manipulando brinquedos sofisticados e vivendo cercadas de uma série de objetos estranhos e economicamente inacessíveis à criança que usa este livro.

Tudo isto vai formar ou reforçar na criança uma auto-imagem negativa, do que ela não tem, do que ela não é, do que ela não pode ter. E o autoconceito é um dos fatores fun-

damentais para a pessoa mobilizar-se realmente numa busca de novos conhecimentos. Este respeito à cultura da criança e a necessidade de se ir além desta cultura é, no entender de Anna Baeta, um dos pontos cruciais do sistema oficial de ensino. O ponto que ainda não foi encontrado mas que devemos todos nós, que pagamos por esta escola através dos impostos que recolhemos ao Estado, cobrar.

Esta cobrança do sistema público de ensino, este apontar de falhas objetivas em sua concretização não implica, em absoluto, em elogio velado à rede particular, inclusive por ser praticamente inviável um confronto entre a escola oficial e a privada, pois a primeira tem uma filosofia, uma linha-mestra a guiá-la e as diferenças entre uma e outra unidade deste sistema são mais resultantes do *modus operandi* do corpo docente, isto é, do cumprimento cego ou do questionamento das diretrizes ditadas pelos gabinetes.

Ao contrário, não existe a escola particular, mas sim n colégios privados com objetivos tão distantes quanto o ideológico — no caso das escolas confessionais, como as católicas e as protestantes — e o estritamente comercial. Portanto, o máximo que se poderia fazer honestamente seria comparar-se o rendimento apresentado pelos alunos da escola oficial com o das crianças de colégios particulares de melhor conceito entre os educadores.

Quando se sentem atingidos pelo levantamento dos problemas concretos do dia-a-dia de uma escola, alguns professores estão, na realidade, colocando-se em posição de defesa, assumindo a culpa que muitos dos responsáveis pela administração escolar tentam jogar sobre seus ombros, já curvados pelo peso da angústia de um objetivo perseguido e não alcançado, de formar cabeças pensantes. O fato é que o professor, neste história toda da queda da qualidade do ensino, não passa de mais uma vítima de um sistema construído de cima para baixo, imposto, e que, ao começar a ser questionado, ainda tenta fazer baixar um braço de ferro já corroído pelo acúmulo de insucessos.

Regis Farr é repórter do JORNAL DO BRASIL